



**LIDERANÇA DA MINORIA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025
(Da Sra. Caroline De Toni)**

Solicita informações ao Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad sobre a Implementação, Segurança, Privacidade, Continuidade e Viabilidade do Projeto Drex.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que sejam solicitadas as seguintes informações sobre a Implementação, Segurança, Privacidade, Continuidade e Viabilidade do Projeto Drex – a moeda digital em desenvolvimento pelo Banco Central do Brasil, entidade esta administrativamente vinculada ao Ministério da Fazenda.

Conforme divulgado pelo Valor Econômico no dia 26/02/2025 na matéria [“BC divulga relatório da 1ª fase do Drex e diz que privacidade ainda não foi resolvida”](#), em 2024 pela matéria e [“Mercado não olhava para privacidade antes do Drex, diz coordenador do real digital”](#). E como evidenciado no relatório oficial do Piloto Drex ([disponível em Relatório da 1ª Fase do Piloto Drex](#)), diversos pontos de vulnerabilidade, falhas e desafios técnicos foram identificados, os quais podem comprometer a continuidade e a eficácia do projeto. Diante das preocupações levantadas, solicitamos esclarecimentos sobre os pontos que seguem:

- **Privacidade e Segurança de Dados**

- 1) Quais vulnerabilidades específicas foram identificadas na questão da privacidade do Drex, conforme apontado no relatório da 1ª fase?





LIDERANÇA DA MINORIA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 27/02/2025 11:49:03.673 - Mesa

RIC n.605/2025

2) O Banco Central já detectou riscos de acesso ou uso indevido dos dados dos usuários no ambiente de testes?

3) Considerando a afirmação de que “o mercado não olhava para privacidade antes do Drex”, por que o tema não foi tratado como prioridade desde a concepção do projeto?

4) Quais entidades públicas e privadas participaram da definição dos mecanismos de privacidade do Drex? Houve consulta a especialistas ou organizações independentes na área de proteção de dados?

- **Conformidade com a Legislação e Auditoria do Sistema**

5) De que maneira o Ministério da Fazenda e o Banco Central garantirão a conformidade do Drex com os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)?

6) Quais são os principais desafios regulatórios identificados até o momento e como estão sendo mitigados?

7) Existe a previsão de auditorias externas independentes para a verificação da segurança e integridade do sistema? Em caso afirmativo, quais entidades serão responsáveis e qual será a periodicidade dessas auditorias?

- **Transparência Financeira e Possíveis Conflitos de Interesse**

8) Qual o custo estimado para a implementação completa do Drex? Há recursos públicos sendo aplicados na iniciativa?

9) Como está sendo realizado o acompanhamento e a prestação de contas desses investimentos?

10) Foram identificados potenciais conflitos de interesse entre agentes do setor financeiro envolvidos no desenvolvimento do Drex? Se sim, quais medidas estão sendo adotadas para prevenir qualquer favorecimento indevido?





- **Rastreamento, Controle de Transações e Liberdade Econômica**

11) O Drex permitirá o rastreamento integral das transações realizadas? Caso afirmativo, quais mecanismos de proteção serão implementados para evitar abusos ou a utilização política dessas informações?

12) Há planos para a implementação de funcionalidades que possibilitem o bloqueio ou restrição de transações sem respaldo judicial? Quais seriam os critérios e os responsáveis pela execução dessas medidas?

13) Existe a possibilidade de o Drex evoluir para um sistema de “moeda programável”, permitindo restrições específicas de uso? Em caso afirmativo, quais mecanismos de governança e controle serão estabelecidos para garantir a liberdade econômica dos cidadãos?

- **Análise de Irregularidades e Riscos Técnicos (Baseada no Relatório da 1ª Fase do Piloto Drex)**

14) Quais são as principais falhas técnicas e irregularidades apontadas no relatório da 1ª fase do Piloto Drex que possam comprometer a continuidade do sistema?

15) Quais medidas corretivas estão sendo planejadas para sanar essas falhas e qual o cronograma previsto para a implementação dessas ações?

16) Há evidências de que as falhas identificadas impactem significativamente a segurança dos dados dos usuários ou a eficiência operacional do Drex? Se afirmativo, quais riscos imediatos foram identificados?

17) Como o Banco Central pretende garantir a transparência e a confiabilidade dos resultados dos testes, de modo a demonstrar que as vulnerabilidades serão efetivamente superadas antes da disponibilização do projeto para a população?

18) Existe um mecanismo de monitoramento contínuo para identificar e corrigir novas falhas que possam surgir após a conclusão da 1ª fase? Se





sim, como será estruturado e qual a sua abrangência?

- **Continuidade do Projeto e Planos de Contingência**

19) Em caso de não superação das falhas identificadas no sistema do Drex dentro dos prazos previstos, quais medidas de contingência serão adotadas para mitigar os riscos à integridade do sistema e à proteção dos dados dos usuários?

20) Quais indicadores e benchmarks serão empregados para a avaliação periódica da eficácia das soluções implementadas para resolver as vulnerabilidades identificadas?

21) Existe a possibilidade de, em decorrência da persistência das falhas, o projeto do Drex ser suspenso ou até mesmo abandonado? Se sim, quais critérios e prazos serão utilizados para a tomada de tal decisão?

22) Qual o impacto esperado sobre a confiança dos investidores e sobre o sistema financeiro nacional, caso se opte pela suspensão ou cancelamento do projeto?

JUSTIFICAÇÃO

O projeto Drex, que visa à criação de uma moeda digital oficial pelo Banco Central do Brasil. No entanto, a implementação deste projeto levanta sérias questões relacionadas à segurança e à privacidade dos dados dos usuários, conforme evidenciado pelas matérias publicadas pelo Valor Econômico. Não obstante o relatório da 1ª fase do Piloto Drex aponta diversas vulnerabilidades, falhas técnicas e desafios que podem comprometer não somente a segurança dos dados dos usuários, mas também a continuidade e a eficácia do projeto.

Em face dos riscos identificados, torna-se imperativo que o Poder Legislativo exerça sua função de fiscalização, requerendo esclarecimentos detalhados sobre os mecanismos de segurança, os planos de contingência e as medidas corretivas previstas para sanar as falhas apontadas.





LIDERANÇA DA MINORIA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assim, este requerimento de informação contempla questões relativas à conformidade com a legislação, à transparência na gestão dos investimentos públicos e aos possíveis conflitos de interesse que podem afetar a integridade do processo decisório.

Além disso, dada à possibilidade de que as vulnerabilidades detectadas possam persistir ou evoluir, o presente requerimento visa verificar se existem mecanismos robustos de monitoramento contínuo e se há planos para, reconsiderar a continuidade do projeto caso os riscos se tornem insustentáveis para a estabilidade do sistema financeiro.

Portanto, a presente solicitação se justifica não só pelo interesse público de garantir a segurança e a eficiência do sistema financeiro nacional, mas também para que o Poder Legislativo possa acompanhar de forma efetiva e preventiva o desenvolvimento do Drex, adotando, inclusive, medidas que permitam a extinção do projeto em caso de irregularidades ou falhas críticas.

Sala das Sessões, ____/____/____.

Deputada Caroline De Toni
PL/SC

